

## ENTREVISTA COM RENATO BOSCHI<sup>1</sup>

Interview with Renato Boschi

Entrevista con Renato Boschi

MARCO AURÉLIO VANNUCCHI\*  
MARCIO GRIJÓ VILAROUCA\*

Entrevista concedida  
em 12 de dezembro de 2017 no Rio de Janeiro

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-149420180002000010>

---

<sup>1</sup> <http://lattes.cnpq.br/9643705017969785>

<sup>1</sup>Fundação Getulio Vargas/FGV, Escola de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHBC), Rio de Janeiro – RJ, Brasil

\*Professores da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV).  
(marco.vannucchi@fgv.br, marcio.grijo@fgv.br)

A trajetória acadêmico-profissional de Renato Boschi confunde-se com o processo de institucionalização da ciência política no país, para o qual ele deu importantes contribuições. Mineiro nascido em 1947, Boschi integra uma geração de cientistas sociais brasileiros que complementaram sua formação no exterior, cursando a pós-graduação em universidades estadunidenses e europeias. Desde a década de 1970, é professor de instituições prestigiadas, como o Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, mais recentemente, o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). Também manteve uma intensa atividade institucional, tendo sido diretor do Iuperj e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), entre outras funções diretivas. Renato Boschi é reconhecido como um dos principais especialistas nas relações entre o Estado brasileiro e o empresariado, sendo autor de uma extensa obra, que inclui os livros *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público* (1991) e *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina* (2011).

**Renato, é um prazer entrevistá-lo. Para começar, você poderia falar um pouco sobre o meio social em que nasceu? Em que ano e onde você nasceu? O que seus pais faziam?**

Por acaso, hoje é dia do aniversário da cidade em que eu nasci: Belo Horizonte. E nasci em 1947. Meu pai era filho de família italiana, e minha mãe, de família mineira, da Zona da Mata de Minas. Enfim, cresci em Belo Horizonte, estudei sempre em escolas públicas, que, naquela época, eram muito boas.

**Seu pai fazia o quê?**

Meu pai era comerciante. Ele tinha uma cadeia de revendedora de pneus. Mas eu perdi o pai muito cedo. Perdi o pai com 15 anos. Já era uma família grande de seis filhos, então tivemos de nos virar. Eu fui o primeiro que tive de me virar. Logo em seguida, meu irmão começou a trabalhar em banco. E eu, na época, que já estava bem adiantado em curso de inglês, fiz uma didática de inglês, porque já tinha me formado, tinha Lower Cambridge, depois fiz o Proficiency, fui dar aula de inglês na mesma escola onde eu havia me formado.

**Você tinha quantos anos?**

Eu tinha 17 anos quando comecei a dar aulas de inglês, nesse mesmo colégio onde me formei e também na Cultura Inglesa. A partir daí, tive uma carreira acadêmica, fiz vestibular na Faculdade de Ciências Econômicas, que era onde funcionava o curso de sociologia e política na época. Porque havia dois cursos: havia o curso de sociologia e política, que tinha uma repu-

tação melhor, porque tinha gente formada fora, com treinamento na Flacso e com ênfase em metodologia quantitativa, metodologia de *survey* etc., e havia o outro curso, que era o curso de ciências sociais, na Faculdade de Filosofia. Então, eu fiz esse primeiro curso. Até o ponto em que houve a reforma universitária e, no último ano, eles fundiram os dois cursos.

### **Você entrou na faculdade em que ano?**

Eu entrei em 1965 e me formei em 1968. Eu poderia ter ficado em Belo Horizonte para fazer o mestrado, porque havia um programa, que era financiado pela Fundação Ford, que estava recém-começando. O Fábio Wanderley Reis e o Antonio Octávio Cintra, que tinham sido meus professores na graduação, foram os criadores do programa. Mas aqui no Rio, também, havia o programa do IUPERJ, que estava recém-começando. Em 1968, eu fui para Los Angeles (foi a primeira vez que viajei para o exterior) participar de um seminário chamado Ucla – Brazil Student Leader Seminar. E lá estava estudando na época o Bolívar Lamounier, fazendo seu doutorado. Ele estava voltando para dirigir o IUPERJ. Então, ele me convidou para vir para cá, inclusive, para dirigir um *survey*. Porque, naquela época, havia um processo de remoção de favelas, então eu fiz o estudo de algumas comunidades que iam ser removidas e outras que permaneceram. E esse foi meu primeiro trabalho, também, que foi objeto de minha dissertação de mestrado.

### **Como foi sua experiência de estudante durante a ditadura em Belo Horizonte?**

Pois é. Desde o colégio, eu tinha uma participação política intensa. Eu pertencia à Ação Popular (AP). E fui para a faculdade também como militante desse grupo. Então, a situação não foi nada fácil, obviamente. Eu me dispunha a esconder gente em casa, tive colegas que foram presos... Teve até uma experiência interessante. Nós estudávamos, um grupo, sempre juntos. O Olavo Brasil fazia parte desse grupo. E aí anunciaram que a polícia estava chegando ao apartamento onde estudávamos. Eu e um colega fomos para a varanda e fechamos a cortina. E a polícia levou todos os outros presos. Inclusive, as meninas foram torturadas; a ex-mulher do Olavo foi torturada. Enfim, foi uma situação muito dura. E depois, tive outra experiência que foi também extremamente traumática para mim. Em certo sentido, eu passei ileso, não me aconteceu nada pior, não fui preso, não fui nada disso. Mas meu irmão logo abaixo, ele era do diretório acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas. E pelo simples fato de ser do diretório acadêmico, ele, sim, foi levado preso e teve o direito de estudar cassado. Então, todo esse período foi muito traumático do ponto de vista da minha experiência pessoal.

### **E do ponto de vista acadêmico? Como era o curso nesse período? O que vocês liam, as grandes influências?**

Nós líamos de tudo, a começar por funcionalismo. Para você ter uma noção, quando eu estava no primeiro ou no segundo ano de sociologia, nós tivemos a visita de nada mais, nada

menos do que Talcott Parsons, que foi visitar a faculdade e deu curso. Então, tivemos uma formação muito diversificada. E, em certo sentido, para os mais radicais, os marxistas mais radicais, eles viam essas atividades como atividades assim, digamos, de certo entreguismo, de submissão ao imperialismo norte-americano. Mesmo porque o curso de pós-graduação estava sendo organizado e financiado pela Fundação Ford, então era tudo objeto de crítica daqueles grupos mais radicais. Mas eu não fazia parte desse grupo mais radical. Nossa turma era muito pequena. Éramos pouquíssimos alunos. Se me lembro bem, éramos uns nove alunos, que passamos no vestibular. Porque tinha matemática no vestibular. Nas ciências sociais, não tinha matemática no vestibular. Então, era um vestibular um pouco mais puxado. Um dos meus colegas, por acaso, era o Henfil, a quem chamávamos de Henriquinho. E ele também militava, aliás, no mesmo grupo que eu militava. E as lideranças intelectuais, naquele período, eram o Fábio Wanderley, o Antonio Octávio Cintra, que tinham sido formados na Flacso, no Chile, naquele programa que tinha também sido recém-criado no Chile e que era um pouco visto como um desvio funcionalista (como se falava na época) pelo fato de que enfatizava a metodologia quantitativa. Mas não era nada disso, porque tínhamos um aprendizado de teoria sociológica muito diversificado, a mesma coisa no que diz respeito à teoria política. Havia muita ênfase em história econômica. Francisco Iglesias foi meu professor. Enfim, acho que foi uma formação bastante diversificada. Ao mesmo tempo, na Faculdade de Ciências Econômicas, havia um concurso que selecionava alunos para serem alunos de tempo integral. Na minha turma, éramos dois que tínhamos essa bolsa. E tínhamos uma sala com alguns outros pesquisadores, ao lado dos professores. E, à noite, eu saía para dar aula de inglês na Cultura Inglesa e no colégio onde eu estudei em Belo Horizonte, o Colégio Estadual de Minas Gerais. Essa era minha rotina.

**Eu fiquei curioso com sua militância na AP. Ela se inicia, então, no secundário? Como você se aproxima desse grupo?**

Inicia-se no colegial. Na época de faculdade, a militância ficou mais intensa. O que mais posso dizer? Foi um período de intensa mobilização e participação. Eu me lembro de participar de passeatas e a polícia reprimir e acabar com a passeata com jatos d'água. Isso era muito comum. E tínhamos também as reuniões em pequenas células. Teve uma época que, para contornar o problema da repressão, foram criadas algumas células, e nós participávamos, mas sem ter conhecimento das demais para que não houvesse o risco de, se fôssemos presos, delatar, porque havia tortura. Eu, felizmente, passei ao largo disso.

**Pelo que entendi, sua entrada na área de ciências sociais foi dada por essa socialização política prévia. Mas havia alguma leitura teórica de autores antes de seu ingresso na graduação?**

Sim. Lemos clássicos no colégio. Lemos, além de outras obras, *A democracia na América*, *O príncipe*. Era uma formação bastante sólida em comparação à que se tem hoje. Tive ciências

sociais, foram cinco anos seguidos de latim, foram sete anos de francês, com literatura francesa, foram seis anos de inglês também. Eu me lembro da professora, que chegava à aula, no primeiro dia, sem ninguém saber nada, já falava tudo em inglês, você tinha que seguir. E esse foi o método que depois eu segui, com a mesma professora, dona Solange Ribeiro de Oliveira, quando fiz didática de inglês na Faculdade de Filosofia. Porque eu fiz didática para poder lecionar inglês. Tivemos espanhol também.

### **E, em 1969, você chega ao Rio para fazer mestrado?**

Aí, resolvi e me desloquei para o Rio. Mas minha vida toda, minha trajetória, desde então até hoje, é marcada por idas e vindas entre Belo Horizonte e Rio. Mais tarde, na década de 1990, fiz concurso para professor titular na UFMG, então eu ia e voltava. E me lembro que, naquela época, ainda tinha voos para a Pampulha. Eu saía daqui, onde eu morava, pegava o avião no Santos Dumont, descia na Pampulha, ia a pé para o *campus*, que era bem pertinho, e no final do dia voltava. Acredite ou não, eu fazia isso umas três vezes por semana. Às vezes, eu ficava, porque tinha família lá, minha mãe morava lá. Eu me lembro de ter ficado assim nesse trânsito um bom período de tempo.

### **E aí você começa a fazer o mestrado com Simon Schwartzman. Não é isso?**

É. Simon foi meu orientador. Você vê, era o pé na terrinha, porque Simon é de Belo Horizonte também. E ele foi meu orientador, mas, na verdade, eu trabalhei quase que de maneira independente, porque eu estava fazendo esse *survey* e utilizei os dados desse *survey* para a dissertação de mestrado.

### **Eu queria que você falasse um pouco sobre esse survey.**

Quando eu vim para cá, o Iuperj ainda funcionava na praça XV [de Novembro, no Centro do Rio de Janeiro]. Depois é que foi transferido para uma casinha, um prediozinho ali na [rua] Paulino Fernandes, em Botafogo. Mas, quando eu vim, na maior parte do tempo eu fiquei ali. E esse *survey* foi um convênio, se me lembro bem, com a Prefeitura. E era sobre a questão das remoções de favelas. E eu trabalhei sobre isso no mestrado. Aproveitei os dados, porque o *survey* tinha um questionário muito grande. O que interessava era conhecer a percepção dos moradores das favelas acerca do governo e de intervenções governamentais, porque o que estava em questão era isso, era a questão das remoções. E tinha também a questão da violência, que ainda estava muito restrita, mas era também uma temática. Uma das comunidades que investiguei ficava na Lagoa, no parque da Catacumba. A outra era a da praia do Pinto, no Leblon. Tinha também a do morro do Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, e outra na Tijuca, no morro do Borel.

### **Como era o mestrado nessa época? Tinha de fazer muitas disciplinas? O foco era a tese?**

Tinha muito mais disciplinas. Olha, eu posso estar enganado, mas acho que tivemos 21 disciplinas no mestrado.

### **Em dois anos?**

Em dois anos. E tínhamos professores de fora, que vinham dar aula. Foi daí que eu parti para o doutorado, fiz o doutorado fora. Porque, já nessa época, o Peter McDonough, que era da Universidade de Michigan, e o Philip Converse, que também era, me convenceram, e não precisou muito, que eu fosse fazer o doutorado lá. O Philip Converse foi meu orientador formal, porque ele era do Departamento de Ciência Política, a que meu programa era vinculado. Mas aí eu tive um desvio comportamental que marcou minha trajetória e que eu reputo como tendo sido extremamente positivo. O Philip Converse era uma pessoa extremamente liberal, deixava que fizéssemos o que achássemos melhor, era um excelente orientador desse ponto de vista, deixava você fazer suas escolhas. Em Michigan, formamos um grupo em que fazíamos uma crítica de dentro da própria ciência política americana. Era um grupo um pouco radical do ponto de vista deles e formado basicamente por estudantes latino-americanos e estudantes de outros países. O cerne dessa crítica era que a perspectiva funcionalista, behaviorista etc. não tinha uma consideração do Estado; na verdade, tratávamos de sistema político. Não existia Estado, não se falava em Estado. Então, tínhamos um grupo de reflexão, nos reuníamos cada hora na casa de um e fazíamos outras leituras. Leituras mais informadas, não pelo marxismo, mas numa perspectiva mais histórica e que achávamos que era fundamental em análises políticas, principalmente considerando o papel do Estado. E então o tal desvio. Porque o Philip Converse era meu orientador, mas eu fui fazer um curso sobre a formação dos Estados nacionais com ninguém mais ninguém menos do que Charles Tilly, que era excelente.

### **Aí você encontrou o Estado.**

Aí eu encontrei o Estado, a formação dos Estados nacionais. E Philip também era uma pessoa muito aberta, uma formação muito diversificada, tinha um viés de considerar a história. O Tilly teve uma influência decisiva na minha formação. O Chuck, como o chamávamos, fez parte da minha banca, junto com o Philip Converse, que nunca deixou de ser meu orientador formalmente, mas que me deixou fazer o que eu queria. A ênfase do meu trabalho de doutorado não foi sobre a formação do Estado nacional [temática estudada por Tilly] no Brasil, mas sobre as relações entre os grupos empresariais e o Estado no Brasil. Nessa época, teve outro acidente extremamente positivo de percurso. Quando voltei, a Eli Diniz estava começando a trabalhar sobre esse tema também, e nós juntamos as bagagens.

### **Isso foi na sua volta ao Brasil?**

Foi na minha volta ao Brasil. Ela tinha sido minha colega no mestrado, mas estava fazendo o doutorado na USP [Universidade de São Paulo], e eu, em Michigan. Então, tivemos a oportunidade de receber um financiamento de pesquisa da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] para tratar desse tema do empresariado, e ela focalizou o período 1930-1945, e eu, o período mais recente, pós-1964. Enfim, discutimos com a literatura da época, com Fernando Henrique [Cardoso], se o empresariado era forte ou fraco.

### **E como você chegou a esse tema no doutorado? Porque você, aparentemente, dá um salto grande entre o comportamento político dos moradores de favela para as relações entre o empresariado e o Estado.**

Eu fui para Michigan para aprender e fiz também vários cursos de metodologia quantitativa, *survey* etc. Tinha esse meu orientador, o Philip Converse, que dirigia, era membro do Institute for Social Research (ISR), da Universidade de Michigan, e fazia pesquisa desse tipo, então eu tive uma formação muito minuciosa em metodologia quantitativa, incluindo estatística. E quando eu descobri a perspectiva histórica, foi ótimo. Nossa! Uma coisa diferente poder falar com menos rigor (no sentido matemático) e menos precisão, porque aquilo era tudo preciso, com coeficiente e correlação, isso e aquilo. Eu me lembro de passarmos horas no núcleo de computação da universidade, gastávamos horas naquele núcleo de computação para poder rodar uma meia dúzia de tabelas. Era uma coisa hercúlea, uma tarefa hercúlea. Então, essa brecha para estudos de natureza histórica, para mim, foi absolutamente fundamental na minha formação. E igualmente rigorosa, do ponto de vista analítico e de bases documentais. Para o trabalho do curso, ganhei uma bolsa e fui fazer pesquisa na Torre do Tombo, em Lisboa, minha primeira viagem à Europa, sobre o papel do ciclo do ouro e dos diamantes na formação do Estado no Brasil.

### **E estou entendendo que muito graças ao Tilly, mais do que à própria universidade.**

Foi graças ao Tilly. O programa de ciência política era muito quantitativista, muito behaviorista, e foi por isso que nos rebelamos, havia esse grupo que se rebelava e contestava essa abordagem. Você tinha de ter um *major* e dois *minors*; um *major* que era, no meu caso, *political behavior*, e eu tinha metodologia, o segundo, e política comparada, que era o terceiro. O máximo, então, que você tinha era política comparada. E com aquelas comparações de sistema político latino-americano em relação aos países ditos modernizados e desenvolvidos. E ao mesmo tempo ocorreu, novamente, durante aquele período, um processo que foi traumático. Eu lembro que estava fazendo um passeio pela Europa, naquela minha primeira viagem, com a minha então esposa, e estava em Portugal, em plena ditadura salazarista, aquela coisa assim repressiva, nos postes da avenida da Liberdade havia caveiras, símbolos nazistas, havia coisas

assim, assustadoras, era um negócio impressionante. E aí tivemos a notícia do golpe no Chile. E tinha um casal de colegas chilenos, nossos amigos de Michigan, que haviam recém-regressado ao Chile e lá estavam. Voltamos para os Estados Unidos e recebemos esse casal, que conseguiu sair, não sem sofrer os horrores da repressão. Ele foi preso e tudo mais.

Depois esse colega participou do governo de transição pós-Pinochet, tendo até sido ministro do governo de transição no Chile mais tarde. E eu me lembro que foi uma experiência muito traumática, muito emocionante, eu e minha ex-esposa esperando esse casal. Eles voltaram do Chile para Chicago, e de Chicago, de trem, para Michigan, então fomos esperá-los na estação. Ai! Foi duro. Porque dali também foi a carta do baralho, foi tudo, um atrás do outro.

### **As democracias caindo e as ditaduras se instaurando.**

É, onde ainda não tinham sido implantadas, como no caso do Brasil. No Chile, a novidade foi a adoção de políticas extremamente liberais, com a adoção de reformas de mercado e uma reforma previdenciária radical. Nosso regime autoritário manteve uma orientação mais estatista e desenvolvimentista. Esse pêndulo entre políticas neoliberais e políticas de natureza mais desenvolvimentista tem me movido como tema de pesquisa hoje. Quer dizer, eu procuro sistematizar isso agora, por exemplo, tratando de investigar a adoção de políticas de cunho mais desenvolvimentista *versus* políticas de cunho mais neoliberal com a difusão, de repente, desse neoliberalismo exacerbado para tudo quanto é lado, num mundo globalizado e atravessado pelos circuitos financeiros para além de fronteiras nacionais.

### **Mas tem uma explicação para isso?**

Não sei. Eu tentei sistematizar do ponto de vista da adoção de políticas. Ainda ontem, lá no Iesp, tivemos essa discussão sobre desenvolvimentismo, e há uns economistas falando sobre a importância da política macroeconômica como determinante fundamental, isso e aquilo, mas na dimensão política você tem um conjunto de outros fatores que eu acho que são difíceis de serem sistematizados. Eu estava discutindo a possibilidade e a tendência, em períodos mais recentes, de uma orientação de cunho social-democrático durante os governos do PT [Partido dos Trabalhadores], do ponto de vista da adoção de políticas de redistribuição de renda, de inclusão social etc. durante esses governos, e depois o oposto disso, com o governo atual e a adoção de uma série de medidas de caráter excludente, como a própria mudança na legislação trabalhista, que, do meu ponto de vista, favorece os empregadores e retira direitos dos trabalhadores. Eu não vejo como isso vai resolver o problema do desemprego, por exemplo, tendo contratos temporários; na verdade, você pode estimular uma alta rotatividade nos postos de trabalho. Isso não vai resolver o problema do desemprego de uma maneira mais permanente.

Fora o fato de que, no âmbito da política, o que estamos experimentando agora é certo arbítrio do Judiciário, que assumiu o protagonismo. Até agora, os cientistas políticos chamavam o modelo político de presidencialismo de coalizão. Na minha opinião, há um novo modelo político em curso, que chamo de "justicialismo de exceção". Porque o Judiciário toma medidas que são controversas, contraditórias, quer dizer, dois pesos, duas medidas para casos semelhantes, lado a lado a outras de caráter autoritário, extrapolando e ferindo preceitos constitucionais, com jurisprudência convenientemente "ajustada" ao caso.

**Você acha que esse novo sistema se consolidou ou ainda está lutando para se consolidar? Ele pode ser revertido?**

Eu acho que pode e deve ser revertido. Não é possível operar à margem da Constituição, com uma elite governante francamente golpista, operando sob o espectro de pretensões ainda mais golpistas e ilegítimas. Na minha opinião, por exemplo, essa discussão sobre semipresidencialismo ou qualquer coisa que o valha é uma tentativa de aprofundar ainda mais o golpe do ponto de vista de limitar o exercício da representação direta pelos eleitores. Eu vejo com muito maus olhos essa discussão, inclusive porque torna a política uma atividade desvalorizada pelos cidadãos.

**Não parece que seja uma situação de um equilíbrio ainda muito instável, essa proeminência do Ministério Público, do Judiciário, do Supremo?**

Eu acho que tem uma série de fatores. Essa discussão sobre a corrupção é uma discussão que é uma bandeira (e não é que eu seja contra, eu acho que você tem, sim, que combater a corrupção) que a classe média compra com muita facilidade. Por outro lado, a classe média não tolera programas políticos que redistribuem renda para baixo por temer que isso acabaria afetando seus interesses, quando, ao contrário, na verdade fortalece o mercado que tanto preza. A classe média tem um papel importante na determinação de eventos com profundas consequências políticas, como foi o caso em movimentos que implicaram rupturas dos processos democráticos em vários contextos. No fundo, as classes médias são um fiel na balança dos acontecimentos políticos, embora, como se sabe, possam se constituir em massa de manobra para outros interesses organizados. Não há manifestações coletivas puramente espontâneas. As recentes manifestações que tiveram papel determinante no golpe, com o protagonismo de grupos como o MBL [Movimento Brasil Livre] e todas as manifestações correlatas, contaram, ademais, com financiamento de fundações norte-americanas. Eles saíram às ruas, botaram bandeiras nas janelas e essa coisa toda para derrubada do regime, com mobilização das classes médias urbanas, tudo com uma indução e apoio velado de outros atores. Essa fundação americana, Atlas, dos irmãos Koch, sabemos que ela injetou dinheiro aqui para poder fazer essa mobilização contra o governo Dilma. A

bandeira da corrupção é uma bandeira que mobiliza muito. Então, sem querer incorrer em simplificações, eu não vejo como esse sistema, esse justicialismo de exceção possa perdurar durante muito tempo. E assim eu espero. Ontem, na discussão que tivemos no Iesp, o Fabiano [Santos] enfatizava a necessidade de que todas essas questões devessem ser resolvidas no âmbito do Congresso. De fato, é o que tem que ser. Porque ter um Judiciário que está atuando quase com funções executivas e tomando medidas de exceção, que são, na minha opinião, extremamente controversas... assim não dá.

### **Podemos voltar um pouco ao seu doutorado, Renato? Você estudou o empresariado industrial no pós-1964, já então consolidado política e economicamente...**

É. A discussão fundamental, naquele período, era o debate com a tese do Fernando Henrique sobre se o empresariado era fraco ou forte, consciente dos seus interesses ou não, se era organizado ou não. E, tanto no meu caso quanto no caso da Eli [Diniz], contestamos um pouco a visão de que o empresariado era muito fragmentado e um ator político de menor relevância; mostrando que eles atuavam através de suas organizações de classe, podemos chegar à CNI [Confederação Nacional da Indústria], à Fiesp [*Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*] e à dimensão do corporativismo. Aliás, era um corporativismo diferenciado segundo setores sociais: para o trabalho, era uma coisa, para o empresário, era outra. Porque o monopólio da organização e da representação deveria se aplicar como uma regra a quaisquer grupos, mas, na verdade, se aplicava à classe operária, e não se aplicava ao empresariado. Então, é isso que eu discuti na minha tese. O que chamava a atenção era essa possibilidade de organização à margem do sistema corporativo estatal. Uma criação de associações extracorporativas, a organização dos interesses do empresariado em termos de associações paralelas [às entidades corporativas].

### **Algumas formadas já antes do golpe de 1964, não?**

Sim. Havia algumas associações industriais criadas no período pós-1930 e ao longo do processo de industrialização. Mas a proliferação de associações paralelas, lado a lado às organizações corporativas da era Vargas, foi no período pós-1964. Até à década de 1950 já havia algumas tantas associações, e estas se multiplicaram posteriormente, tornando mais densa a representação e a atuação do empresariado.

### **E a atuação delas, concentrava-se em algum órgão específico do Estado? Como se estabeleciam essas relações?**

Sim. Núcleos como o CDE e CDI, que funcionavam como arenas de intermediação e definição de políticas, com a participação de atores do setor privado. Como anteriormente co-

mentado, pode-se observar certa flexibilização do corporativismo de Estado. As categorias que costumam tentar enquadrar isso falam em corporativismo estatal e corporativismo societal. Desse ponto de vista, acho que houve uma intensificação do papel de associações, além das industriais e das trabalhistas, ou de um associativismo que se deu à margem do corporativismo estatal *stricto sensu*, com associações de bairro, esse tipo de coisa. Coisa que eu estudei também e analisei em *A arte da associação*. Na verdade, passando por empresários, classes médias e mesmo comunidades de favelas, para mim, tem um veio que une todos os temas com os quais eu trabalhei. Fui estudar essa questão dos conselhos, da participação de associações de vizinhança, orçamento participativo, esse tipo de coisa, exatamente como uma variante do corporativismo estatal. Para a existência de um corporativismo de base societal, é preciso ter também arenas onde haja negociação, onde haja a tramitação daquele tipo de interesses. E foram criados conselhos e outras arenas para a canalização de diferentes interesses ao Estado.

### **Você acha que o corporativismo pode conviver com a democracia?**

Claro que sim. Na origem, o corporativismo, a *Carta del Lavoro*, tem uma origem católica, na verdade, sem conexão com uma perspectiva autoritária. Depois é que os governos autoritários, fascistas, o adotaram como uma forma de estruturação da sociedade. Passou a ser uma modalidade de organização dos interesses, hierárquica, piramidal. Mas eu acho que pode, sim, conviver com democracia. Tanto é que tem um sistema de representação que se pode caracterizar como corporativo, que é um sistema oficial, no âmbito de todas as confederações, as federações de indústria, de comércio, disso, daquilo, que são variantes desse corporativismo ou sua própria expressão, e convivendo com o regime democrático.

### **Como você pensa a relação entre o Estado e o empresariado industrial nesse período que você estudou? Ele estava ali representado? Ele era o Estado?**

Não. Aí é fazer um reducionismo quase de cunho marxista. O Estado como o representante do interesse da classe dominante, da burguesia. O Estado representa, sim, os interesses da classe dominante, se é que você pode tomar também esse empresariado como a classe dominante, mas obviamente é mais do que isso. E não se trata tampouco de identificar o interesse desse grupo como sendo um projeto nacional, porque, com a crescente globalização, a financeirização, principalmente em períodos mais recentes, falar de um projeto nacional vai ficando cada vez mais complicado. Não. Eu não acho que se possa reduzir uma coisa a outra [Estado e empresariado industrial]. Há uma autonomia muito grande do Estado. E tanto é que esses projetos de natureza desenvolvimentista e intervencionista, dos quais, inclusive, o empresariado se beneficiou, ocorreram durante a ditadura militar. Não existe uma correlação perfeita entre projetos neoliberais e projetos desenvolvimentistas e a natureza do regime político. Então, não se pode reduzir uma coisa a outra. Pelo contrário, eu acho que tem uma separação

muito clara, ainda que o protagonismo da classe empresarial fosse grande. É por isso que eu estava contestando essa ideia da fraqueza do empresariado que aparece na tese do Fernando Henrique, porque acho que o empresariado sempre soube, setorialmente ou não, se organizar, se organizar em termos de associações de classe, sejam elas as corporativas, sejam as extra-corporativas, que é outro nome que damos quando falamos das [entidades] paralelas. E esse protagonismo foi extremamente grande agora, nesse último episódio, da derrocada do regime, ainda que a Dilma [Rousseff] estivesse dando incentivo às indústrias.

### **Não é paradoxal isso, não?**

A política explica, mas também os economistas falam sobre a adoção de uma política macroeconômica que era incompatível (com os interesses de diferentes grupos econômicos). Eu não vou entrar por aí porque, realmente, não é a minha esfera. Mas acho que essa visão de que o governo estava resvalando para uma posição que no fundo poderia prejudicar os interesses empresariais foi uma razão forte para o apoio do empresariado a essa intervenção. Incentivos, eles vieram, vieram, sim, mas não sei se vieram no momento adequado ou se vieram já como uma muleta, uma coisa para segurar algo que já estava bastante explosivo, mas contido.

### **Agora, esse contexto de 2015, 2016, a atuação do empresariado não revela certa diversificação do modo de atuação política do empresariado?**

Eu estudei um pouco isso também, mas muito no começo. Atividade de *lobby*, grupos que tratam de influenciar diretamente as políticas públicas através de pressão no Congresso. E, claro, você observa, e eu não analisei sistematicamente se é um fenômeno mais recente, mas a representação direta, a participação direta de empresários no próprio processo eleitoral e na representação política é um fato. Atualmente, o Congresso tem uma bancada empresarial de peso. Mas não saberia, realmente, não saberia lhe dizer com certeza se isso é uma tendência, se não é uma tendência. O certo, que eu acho, é que você tem de fato um protagonismo crescente do empresariado como força organizada, e aquele pato da Fiesp expressa isso como um fator de mobilização, mobilização social. A que se atribuir isso eu não posso dizer com certeza [...]. Mas há que se considerar também, e aí eu acho que é um processo mais recente, essa tendência à desindustrialização, à perda da participação relativa da indústria na economia, que hoje, pelas estatísticas, não chega a 9%; então, você tem um processo de desindustrialização, porque os ganhos auferidos com investimentos no mercado financeiro são muito mais imediatos. Muito mais imediatos, de curto prazo e assegurados. Não estou dizendo que isso é a causa da desindustrialização, porque lado a lado você tem também uma reprimarização, no sentido de que a exportação de produtos primários passa a compor a pauta de exportação. Mas, de fato, o papel da indústria na economia diminuiu muito. O que gera certo paradoxo, inclusive porque esse protagonismo

político, o pato da Fiesp, com todo o significado que ele teve, é lado a lado a essa perda de importância relativa da indústria na economia. Todo mundo investe no mercado financeiro. E isso torna mais difícil também algo que discutíamos — o Bresser Pereira fala muito nisso, e eu não sei até que ponto se pode chegar a elaborar um projeto dessa natureza —, que os projetos desenvolvimentistas foram projetos nacionais, foram projetos de nação. E que seria importante apostar num projeto de nação. Acho também importante, mas hoje você está perdendo também um pouco a ideia de nação com a internacionalização e, principalmente, com a privatização também de recursos — o pré-sal, as mudanças na Petrobras, na Eletrobras —, as coisas que estão sendo leiloadas nesse governo (a palavra certa é essa), você está perdendo um pouco a possibilidade, nesse contexto de financeirização, de elaborar um projeto nacional, um projeto de país, como o Bresser defende com muita ênfase. Eu gostaria de acreditar que isso fosse de fato possível. Mas a orientação é crescentemente num outro sentido, no sentido de projetos que ultrapassam as fronteiras nacionais, pelo fato de que você tem esses processos, que se dão no âmbito mundial, pautados pelos circuitos financeiros. Aí, você pode perguntar: sim. Mas e a China? A China investiu fortemente num projeto nacional, é completamente diferente. A China é outra realidade.

### **Você está sugerindo que talvez o nacional-desenvolvimentismo esteja superado como projeto de país?**

Eu não acho que esteja superado. Acho que, como projeto de país, sua retomada se torna cada vez mais difícil, porque há fronteiras que estão permeadas por outro tipo de dinâmica. Acho que, por exemplo, nos Estados Unidos, o governo teima em querer investir pesadamente na recuperação da economia, na geração de emprego através de incentivo a indústrias locais etc., que eu não sei se isso vai resultar a longo prazo, porque a natureza do sistema produtivo também mudou. Então, há a informatização de tudo, e isso tudo libera mão de obra. O sistema globalizado é diferente. As fronteiras nacionais são distintas, e você, portanto, definir um projeto de país é mais complicado nesse sentido. Não acho que seja impossível nem que não deva ser feito. Até acho. Eu gostaria de acreditar que isso é possível, mas está crescentemente mais complicado avançar nessa direção. [...] E os empresários, esses que ainda estão organizados, que ainda fazem parte da indústria que resta, jamais tiveram, e agora menos ainda, um projeto mais de longo prazo. É tudo curto-prazismo. É amanhã...

### **E a questão da corrupção, que todo mundo identifica apenas com elite política e sistema político? E os empresários, por que eles não entram nessa equação?**

Não, não. Eu acho que os empresários entram. Mudou-se de uma preocupação das relações entre Estado e sociedade para um modelo em que se têm as relações entre Estado e grandes empresas. É isso que apareceu, que ficou evidenciado com toda essa trama recente.

Passou a ter uma relação promíscua e extremamente imbricada entre interesses de grandes empresas e Estado, sem o menor escrutínio público, sem a menor *accountability*. Então, acho que, certamente, nesse contexto, vai voltar ou deve voltar a importância de segmentos da sociedade civil como forma de contestar ou fazer face a essa nova modalidade de relação, de interação entre o Estado e as empresas. E aí, por exemplo, o libelo da corrupção aparece como uma bandeira, para falar do lado positivo disso, esquecendo a dimensão negativa que essa coisa tem, e conservadora. Mas há aí um viés para a mobilização de segmentos da sociedade civil; que eu acho que, neste momento, é o que pode arrestar de alguma maneira essa nova modalidade de sistema político.

Mas, certamente, em outros países da América Latina, com graus diferentes, há também relações que são muito próximas, entre grandes grupos empresariais e o Estado. Em contextos diferentes. Porque, no nosso governo, ainda que se possa dizer que ele é um rabicho da chapa que foi eleita, não é propriamente o caso. O programa de governo sufragado nas urnas foi outro. Na Argentina, há um governo eleito que implementou, está implementando um programa neoliberal cada vez mais radical, mas que foi um governo eleito, e já está enfrentando reações. O que não vejo, na verdade, é a adoção dessa ou daquela plataforma com este ou aquele tipo de regime, embora a perspectiva desenvolvimentista, tal como a definimos, classicamente, historicamente, tenha sido o resultado ou tenha ocorrido em governos de natureza autoritária; mas ela ocorreu também em governos democráticos, no caso dos governos Lula. Enfim.

**Você acha que essa modalidade de interação promíscua deriva, de alguma forma, do nacional-desenvolvimentismo? É algo mais recente?**

Teria que pensar sobre isso. Porque há também, quando se adotam projetos de natureza mais, digamos, voltados ao mercado, neoliberais, há também relações promíscuas. [...] Na verdade, creio que há algo que é histórico, e isso está na nossa veia desde a época do Império, da Proclamação da República, e por aí vai, que é um tipo de Estado em que as relações com as classes dominantes sempre foram muito a razão de ser da política. Isso eu acho que sempre foi assim. E, portanto, outros formatos, e a expansão progressiva da participação política, da cidadania etc., quase que sempre foram concessões da classe dominante. Isso, vendo assim, de uma maneira muito de longo prazo, muito impressionista. Ou seja, que o processo de formação de nosso Estado, o Estado brasileiro, ele é muito imbricado com os interesses de determinados setores dominantes. Casa-grande e senzala... Na formação dos Estados europeus, por exemplo, houve um projeto que alargou e teve uma perspectiva de inclusão, ainda que progressiva, é claro. Há a Revolução Francesa, há vários outros processos em que a contestação ocorreu e foi expandindo, digamos, a natureza do Estado como representante da base cidadã, e não apenas de um grupo dominante, como é historicamente, com raras exceções, o caso do Brasil. E que está por trás, eu acho, dessas rupturas, desses intentos golpistas, porque, cada vez

que há uma expansão, há uma reação de contração. E também há outros aspectos, que dizem respeito, e eu tenho que apelar a fatores externos — mas eu acho que o fato de estarmos numa zona de influência do imperialismo americano também, acho que faz uma diferença fundamental. Haja vista, por exemplo, o caso da Venezuela. A tentativa de minar um governo popularmente eleito por tentativas de reverter o processo político quando existe um governo de natureza mais popular. Pode-se até falar que os grupos chavistas recorreram a mecanismos restritivos, cada vez mais restritivos, mas foram governos majoritariamente eleitos; que acho que foram sendo forçados a adotar esses mecanismos, digamos de exceção, como uma reação a essa pressão que vem de fora e se materializa em setores da direita. Além, é claro, dos interesses estratégicos dos Estados Unidos naquela região que interferem no sentido de definir os rumos do processo político segundo sua conveniência.

**Como avaliar a atual trajetória de perda de capacidades estatais, um termo que você usa, com as ações do governo atual em relação ao BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], CEF [Caixa Econômica Federal], BB [Banco do Brasil] e Petrobras?**

Eu acho que pode haver, aí sim, um processo de desconstrução do potencial do Estado. Acho que isso é claro. São esferas muito diferentes, todas passando por uma perda relativa de suas respectivas capacidades, construídas ao longo do tempo. E acho que há um processo em curso de perdas de capacidade estatal, sim.

**Como compatibilizamos essa percepção da diminuição da capacidade estatal com uma percepção simultânea de fortalecimento de algumas corporações estatais, de parte da burocracia estatal, que engloba o Ministério Público e a Polícia Federal, por exemplo?**

Acho que é bastante paradoxal, embora estejamos falando de intervenções, como no caso da Polícia Federal, de intervenções arbitrárias. Mas é porque as pessoas não enxergam isso. As próprias elites empresariais, não sei se elas enxergam isso como sendo detrimental para o futuro do país, a médio e a longo prazo. Mas isso tudo aí faz parte do que tenho chamado — essas intervenções, esse papel, essas prerrogativas da Polícia Federal, até mesmo do Supremo, ou de outros órgãos, o Ministério Público etc. —, isso tudo aí faz parte do que tenho chamado desse novo modelo do justicialismo de exceção, em que você parte de instituições representativas e passa para instituições de cunho deliberativo e que assumem, crescentemente, um papel executivo, inclusive. É o que temos observado nessas intervenções, que elas têm implicações. Não estou dizendo só a Polícia Federal ocupar a Universidade Federal de Minas Gerais, de Santa Catarina, e por aí vai. Estou falando de uma série de outras atividades ou de decisões que partem do Judiciário e que têm implicações para a perda crescente de capacidades estatais. O modelo está todo desequilibrado.

**Renato, deixa eu voltar um pouco. Quando você termina seu doutorado, você já estava vinculado ao IUPERJ. É isso?**

Foi.

**Como era o IUPERJ em 1973, 1974, quando você entrou?**

Era muito pouca coisa, na verdade, porque éramos poucos naquela ocasião. Wanderley estava nos Estados Unidos, o César Guimarães, também, ainda estava nos Estados Unidos, então era um grupo bem, bem pequeno, e que fomos tentando levar aquilo. E com a participação desses professores de fora, como o Peter McDonough, que participou dos cursos aqui.

**Basicamente professores americanos.**

Tinha os professores americanos, tínhamos eu, o Olavo. Agora, não me lembro. Era uma turminha pequena. Olavo fez o doutorado também lá em Michigan. Só que ele veio depois. Eu me lembro, na época, tínhamos esse programa, tinha o Luiz Antonio Machado, que tinha também recém-retornado dos Estados Unidos, mas que não era política, era sociologia, mas era um programa ainda, acho que não era diferenciado ainda em termos de sociologia e ciência política. Era uma pós-graduação. Funcionava ali em Botafogo, o programa foi se consolidando com muito esforço, superando dificuldades financeiras e políticas. Por exemplo, fomos objeto, também, de muita intervenção policial. Vigiavam na porta, teve denúncia contra alunos e também o corpo docente, tudo que você possa imaginar ocorreu ali. E foi uma época muito difícil para se consolidar um programa, numa situação de exceção. Então, eu voltei dos Estados Unidos com toda a parte, digamos, formal dos cursos, dos exames e tudo mais terminada, e comecei a trabalhar na definição do projeto de tese e da pesquisa que levou à tese. E eu voltei para defender o doutorado em 1978. Acho que foi. É, eu voltei, passei um tempo, inclusive porque levei material empírico para terminar a tese lá em Ann Arbor. E me lembro que foi, assim, uma verdadeira odisséia, porque era um gelo do cão — assim, que forma aquelas paredes de neve dessa altura, que você tem que andar no meio daquelas paredes de neve para chegar ao *campus*, mas assim, enfrentando e contando os dias nos dedos para poder terminar de escrever tudo direitinho. E, a cada capítulo, eu entregava para o Converse, para o Tilly, eles faziam as observações, eu voltava; e, enquanto refazia aquele capítulo, entregava outro. Porque eu escrevi a tese praticamente quase toda lá nos Estados Unidos.

**Nesse período final.**

Aí, já foi o segundo filho, que estava por nascer. Então, assim, a angústia, de repente, de o menino nascer e eu por lá, sem ter defendido a tese. Tudo meio traumático. Tive tempo de terminar e defender a tese e ainda participar de um seminário internacional na Suécia antes desse segundo filho nascer. Mas acho que é meio no trauma que conseguimos resolver as

coisas, essas coisas que você fica empurrando com a barriga, tal como tese de doutorado. Mas, depois disso, eu voltei a Michigan como professor convidado, certo período. Não. Antes disso, passei cinco anos na Califórnia. Foi um período grande na Califórnia, porque minha ex-esposa estava fazendo o doutorado dela, e eu fiquei com uma bolsa Fulbright, e fui também como pesquisador visitante e como professor em Stanford. Dei aula em Stanford. Foi um período muito vivo. Tanto que organizávamos lá um grupo pró-democracia de brasileiros.

### **Isso foi no final da década de 1970?**

Foi em 1981. Nós — nós, que estou falando, é a família — novamente para os Estados Unidos. Eu me lembro que meu filho era pequenininho, ele não aprendeu a falar português, aprendeu a falar inglês. A mãe foi na frente e eu fiquei com as crianças. E depois fomos eu com a minha filha Silvia, que tinha já uns sete anos, e o Pedro, que era pequenininho, e ele aprendeu a falar em inglês, foi a primeira língua dele, praticamente, e foi alfabetizado lá e tudo. E depois, quando voltou, ficava sofrendo *bullying* dos primos e de todo mundo, porque ele falava com sotaque americano, porque lá ele só falava inglês, ele entendia português, mas só falava inglês. A Silvia, não, porque ela já foi para lá alfabetizada. Mas, então, passamos esse período longo na Califórnia, que foi muito produtivo. Eu tinha uma sala lá no Centro de Estudos Latino-Americanos em Stanford, apesar de morar em Santa Cruz, que era na baía, no mar.

### **Você teve muita experiência no sistema acadêmico norte-americano. O que lhe chamou atenção?**

Acho que, talvez, em primeiro lugar, você tem um compromisso, que hoje eu vejo cada vez menos, menor, dos próprios estudantes com as obrigações. Lá, o pessoal leva muito a sério. E talvez até por outra razão. Porque é um ambiente muito competitivo, muito competitivo. Se você tira A *plus* e o outro tira A *minus*, você já faz uma estratificação na turma. Mas acho que essa seriedade com o trabalho é uma das características. E, ao mesmo tempo, as regras são muito claramente definidas, as pessoas cumprem essas regras; não tem um jogo de vamos negociar prazo, esse tipo de coisa, que ocorre aqui muito, e tendemos até a ser lenientes. Por exemplo, eu, lá na pós-graduação do lesp, às vezes sou leniente com isso, porque não faz muito parte da nossa cultura acadêmica. Agora, gostei muito também de lecionar lá. Gostei muito. Eu lecionei não apenas em Stanford, como também em Michigan. Eu voltei, fui como professor convidado em Michigan e em Duke como professor convidado. Depois, dei aula também em Nova York, no Graduate Center, da NYU, como Fulbright Scholar.

### **O que você lecionou nessas instituições?**

Variou. Mas, por exemplo, em Nova York, dei um curso sobre Brasil, um curso de política sobre o Brasil. Em Michigan, dei política comparada latino-americana. E em Stanford, nem estou

lembrando. Mas, enfim. Foi algo também relacionado com Brasil, com América Latina, política comparada, movimentos sociais, esse tipo de coisa que estava em voga na época. Em Duke também. Depois, dei uma guinada para a França. E lá continuo até, deixa ver... Ganhei uma cadeira de estudos brasileiros na École de Hautes Études de Paris, a Chaire Brésil. Então, lecionei lá, mas você tinha que dar aula, era uma coisa que era renovada por quatro anos. E tinha que dar, pelo menos era, na época, a definição da obrigatoriedade da cadeira, você tinha que dar aula numa universidade do interior da França. Não podia ficar em Paris. Uma vez cumprido esse compromisso, aí sim. Mas, então, o que aconteceu? Eu fui para Toulouse. E dei aula em Toulouse. E fiquei, morei em Toulouse durante seis meses, fiquei morando ali, fiz grandes amigos. E depois retornei, quatro anos sucessivos, dando aulas em Toulouse, durante um mesmo período curto, dei aula lá no Instituto de Ciência Política. A primeira vez foi no *campus* da universidade mesmo, da Toulouse-Le Mirail, em sociologia, mas depois foi no Instituto de Ciência Política. E depois disso fiquei retornando a Paris para a École, onde eu sempre leciono, assim, por um período curto, ou participando de ciclos de conferências. Na verdade, a primeira vez foi um curso mais formalizado, sobre a política e a sociedade brasileiras. A École ainda funcionava ali no Boulevard Raspail.

### **E você continua com esse vínculo?**

Continuo com esse vínculo. E a cada ano eu vou. Quem me convida sempre é o Afrânio Garcia, que na época geria todas essas atividades relativas a Brasil na École. Hoje, já não tanto, pois ele se aposentou. Mas ainda assim mantenho um vínculo de amizade e acadêmico bastante forte com ele, participando do ciclo de conferências sobre o Brasil, que ele ainda organiza. Eu o trouxe agora, recentemente, como professor convidado aqui no Iesp. E com bolsa pelo INCT, que eu coordeno. Podemos falar um pouco sobre isso também. Então, mantenho esse vínculo. Gosto muito de ir para Paris a cada ano. Não passo sem isso. Tive alguma atividade também na Itália, em Siena, pois dos professores que pertence à nossa rede do INCT, da Universidade de Siena, organizou uma conferência ali. Então, estive lá também e gostei muito.

### **A universidade europeia lhe parece muito diferente da americana?**

Completamente. O que é diferente? Não estou dizendo quanto ao grau de compromisso dos estudantes. Mas é muito mais flexível. A definição do programa, a grade curricular, tudo isso. Pelo menos, tal como vivenciei. Não sei a quantas anda agora. Mas é uma formação muito mais flexível desse ponto de vista.

**Agora é interessante, porque, no IUPERJ, você experimentou e certamente foi protagonista tanto da consolidação da pós-graduação em ciência política no país quanto do próprio IUPERJ. O que você poderia falar desse processo?**

Há toda uma trajetória institucional sobre a qual não falamos. Do ponto de vista internacional, tive muita militância, por incrível que pareça, na ciência política também, mas mais na área de sociologia. Porque eu participava de um comitê, que era de sociologia econômica, na Associação Internacional de Sociologia. Depois, fui presidente desse comitê. E fui do comitê executivo. Então, cheguei a ser vice-presidente da Associação Internacional de Sociologia. Tive essa participação institucional para fora. Eu adorava tudo isso, porque, na época, não podia ver um avião que eu entrava. Hoje, não faço a menor questão, prefiro ficar aqui quietinho, ou vou para Paris e fico lá quietinho. Mas eu viajava muito. Com isso, viajei para tudo quanto é parte que você possa imaginar, porque cada hora um congresso ou curso era num lugar. Por outro lado, aqui também, porque fui presidente da Anpocs. Isso foi numa fase, inclusive, de criação e consolidação da Anpocs, inicialmente um processo capitaneado por Wanderley Guilherme, Olavo Brasil e outros. Na verdade, participei de todo um movimento de criação dessa associação que foi precedido por uma série de seminários, e enfim, finalmente, acabei tendo essa participação institucional que foi extremamente relevante, acho, do ponto de vista não só da ciência política, mas de consolidação das ciências sociais. Na época, não havia todas essas associações, a associação nacional disso e daquilo. A Anpocs foi uma das pioneiras. Foram alguns anos aí. Eu tentei fazer uma coisa diferente quando presidi a Anpocs, que era tirar o congresso de Caxambu, porque todo ano era em Caxambu. Mas não deu certo. Trouxe aqui para Petrópolis, porque eu achava muito enfadonho ir para Caxambu todo ano. Tanto que parei de ir. Mas não funcionou. As pessoas não acharam bom, aqui no Quitandinha, não sei, por alguma razão não acharam muito bom. Então, foi um intento que não deu muito certo, porque, logo em seguida, voltou o congresso anual para Caxambu.

**E tenho a impressão de que tem outra mudança aí que você viveu, nesse período, em relação ao fomento à pesquisa e à pós-graduação, porque, pela narrativa da sua trajetória, fica muito clara a importância do financiamento americano. Isso foi diminuindo de importância, e cada vez mais o Estado brasileiro foi assumindo o financiamento de pesquisa e o da pós-graduação. Isso parece que é algo impactante, não?**

Claro. Bom, eu participei também de comitês, de CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], Faperj [*Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro*], dessas coisas todas. Esses financiamentos americanos eram muito direcionados para projetos e áreas que a Fundação Ford definia como prioridade. Em certo momento foi isso, foi a consolidação de programas de ciência política. Mas, depois disso, participei de comitê do CNPq, comitê da Capes, do conselho superior da Faperj e tudo mais. Como diretor do luperj, por dois mandatos, eu tinha de também correr atrás de financiamento para pesquisa, para tudo isso. Então,

foi algo que me mobilizou bastante. Minha participação institucional como diretor do IUPERJ foi uma experiência gratificante, ainda que difícil. Foi pouco antes da transição, da crise lá e, finalmente, da transição, da ruptura com a Candido Mendes.

**Isso significa que o Estado brasileiro também, vamos dizer assim, aumentou sua capacidade de atuação, os recursos estatais, não no sentido financeiro, mas no sentido de atuação na área de pesquisa e formação?**

Certamente. Embora, agora, eu acho que está passando por um refluxo. Então, não é uma coisa que você possa ter como estabelecido. Depois que você faz PEC [*Proposta de Emenda Constitucional*] de gasto público e esse tipo de coisa, ciência e tecnologia vão para as calendas. Acho que é um erro fatal, porque, uma das coisas que acho que explica muito do potencial chinês, ou mesmo se você pensa em países que estavam lado a lado ou *pari passu* com o Brasil em determinado momento, como a Coreia, que avançaram, o fizeram por questão de inovação tecnológica. E você tem que ter investimento em ciência e tecnologia. É tão simples quanto isso. E nós ficamos para trás, ficamos para trás em relação a esse *boom* da Coreia, com toda a coisa eletrônica e tudo mais, em que a Coreia saiu na frente. Então, não é garantido. Acho que é uma coisa pela qual temos que continuar lutando, infelizmente, por causa da redução de gastos e do regime de meta fiscal — uma coisa que às vezes não se aplica aos próprios países desenvolvidos. É verdade. *Deficit* fiscal e dívida pública, em certos países europeus, são bastante altos. Na Itália, por exemplo.

**Ou nos Estados Unidos. Uma superdívida pública.**

Ou nos Estados Unidos. Eu estava com a Itália na cabeça, que é o dobro do PIB [produto interno bruto], algo assim. Ou foi até recentemente. Então, você descuidar disso é, realmente, um suicídio. Um suicídio nacional, se fosse falar em projeto nacional.

**Renato, eu tenho visto muito essa moda de utilizar o conceito de populismo. Foge um pouco da lógica do corporativismo, de formas de associar ou agregar preferências entre público e privado.**

Não. Eu acho. Agora, uma das coisas que preocupam o Bresser Pereira, eu falo Bresser Pereira porque tenho uma ligação muito forte com o Bresser. E partilhamos muita coisa. E ele enfatiza muito essa questão do câmbio como sendo fator, então você tem o populismo cambial. Populismo cambial é você ter uma moeda valorizada que permite à classe média viajar para Miami e Disney World. Populismo tem uma conotação pejorativa, acho um conceito muito impreciso, que não explica nada. Defender os interesses das classes baixas, redistribuir renda, tudo acaba sendo caracterizado como populismo.

### **Importar. Consumir produtos.**

É claro, no caso do populismo cambial. Escapa totalmente a qualquer noção de corporativismo, de interesses organizados. Acho que a classe média tem um papel muito chave nessa determinação dos processos políticos, porque tende mais para um lado do que para o outro. Ela, geralmente, tem uma tendência conservadora. Mas é fundamental, assim, do ponto de vista do pêndulo.

### **Mas, na sua opinião, houve uma avaliação ruim da classe média das escolhas feitas ultimamente, uma avaliação de cenários equivocada?**

É. Eu acho que talvez vão chegar a essa conclusão em breve, porque as medidas de restrição fiscal, a PEC dos gastos públicos, tudo isso, eu acho que vai afetar o poder de compra da classe média. Eventualmente, isso vai chegar lá, portanto. A outra coisa também é você ter desvalorização salarial, quer dizer, impedir a valorização salarial. Isso aí, é claro que afeta os que os que vivem de salário mínimo, que não é propriamente o caso da classe média; mas você acaba chegando lá. É o que chamo de a autofagia do mercado, porque, em nome do mercado, você acaba eliminando as possibilidades de que o mercado funcione. [...] Eu não sei se tem lógica. Acho que uma das bandeiras da classe média, uma das coisas que a classe média não tolera, acho que já falei aqui, é a redistribuição de renda para baixo. Simplesmente, ela não tolera isso, que os pobres estão ficando iguais. Estão comprando carro, estão comprando seus aparelhos de tevê, viajando de avião. Temos uma sociedade extremamente elitista, fundada na concentração de renda e na desigualdade social extrema.

### **Você poderia falar um pouco sobre aquele projeto, que você mencionou que coordena, do INCT, sobre variedades de capitalismo, sobre desenvolvimento?**

Claro. É um projeto bastante interessante. Interessante, e acho que importante também. Não é só na minha avaliação. Tanto é assim que, na renovação dos INCTs, recentemente, ele estava no topo de todos os INCTs da área de humanas. É um INCT cuja concepção é um pouco a de unir ou de discutir a questão de perspectivas econômicas, a formulação de políticas públicas e desempenho econômico, desenvolvimento. É o INCT PPEd, que tem o mesmo nome do instituto da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro] (Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) do qual é vice-coordenadora a minha colega Ana Célia Castro. É o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Estratégia de Desenvolvimento. O INCT é isto: engloba oficialmente, além da UFRJ e da Uerj, de que fazemos parte, a Universidade de Juiz de Fora e a de Campinas. Então, são quatro instituições. E com uma adição de membros recentes, mas não oficialmente, como instituição participante, que é a UnB [Universidade de Brasília]. E temos promovido uma série de atividades, que são, julgo eu, relevantes e interessantes, como

seminários para discutir políticas; agora fizemos um seminário internacional, no final do ano passado, em que trouxemos pessoas de alguns países, dos Brics, para discutir. No Brasil, esse tema também é uma das preocupações, essa questão dos Brics, porque virou uma sigla que, às vezes, tentam também desmontar, mas que na verdade teve seu protagonismo internacional. E tivemos um projeto grande, que foi financiado pelo Ipea [*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*], e fizemos análises de todos os países dos Brics. Eu viajei para todos os Brics na época em que ainda estava entrando em avião [*risos*].

### **China incluída?**

China incluída. Fui três vezes à China. Agora, organizaram um seminário na China, novamente, em Beijing, e queria que eu fosse, mas é uma viagem cansativa, que evito enfrentar. É muito longe, muito avião. Fiquei estressado uma das vezes que fui, que quase perdi a conexão; fui pela África do Sul, com uma hora e meia de intervalo entre um voo e outro, cheguei aqui completamente estressado [*risos*]. Não quero isso de jeito nenhum! Mas foi uma boa chance de termos uma análise comparativa do desempenho dos Brics, o significado disso, em determinadas áreas de políticas públicas. Por exemplo, a política industrial na Rússia, enfim, a política de ciência e tecnologia na China, e por aí vai. Inovação, principalmente com uma ênfase muito grande sobre a questão da inovação. Enfim, acho que foi e é um projeto bastante interessante e bem-sucedido e que saiu publicado em livro. Estamos organizando outro seminário internacional no começo do ano que vem, aqui no Rio, tentando trazer gente de fora para discutir essas temáticas, além das pesquisas individuais. Porque não é só conferência. Há os projetos individuais, que compõem o conjunto das atividades do INCT. E são cento e tantos pesquisadores, na verdade, desse conjunto de instituições, com diversas graduações. Tem pesquisador sênior, isso e aquilo, e tem os doutorandos também, que participam. Então, é uma atividade que reputo bem relevante no conjunto das atividades que empreendemos. Que eu continuo, ainda, empreendendo [*risos*]. Não sei quando vou parar.

### **Renato, eu queria que você falasse um pouco sobre a situação da Uerj.**

Eu vejo com muita preocupação. Porque, e não são informações que estou trazendo da minha própria lavra, são informações que a direção da casa e que vimos discutindo, porque existe certo intento privatizante, por um lado, que acho que é preocupante, e, por outro, existe também uma situação financeira que é bastante crítica. Até na reunião que tivemos foram discutidas algumas estratégias, algumas informações que foram passadas, o reitor tem todo o interesse em manter o programa. Porque nós somos um programa à parte, que não está lá, que não funciona lá no Maracanã, mas ele tem todo o interesse em manter. Mas os salários estão atrasados, os pesquisadores seniores, como eu mesmo e alguns outros, vivem de bolsas da Faperj, e que também estão pela hora da miséria, e com atrasos e tudo mais. Então, a situação é preocupante.

Estamos numa situação precária, do ponto de vista dos funcionários também, que se alternam. A vigilância se alterna, a Secretaria de Pós-Graduação funciona duas vezes por semana. Está tudo assim. A biblioteca, também, não abre todo dia. É muito preocupante a situação. Mas estamos enfrentando. Não queremos deixar esse investimento ir por água abaixo, certamente. Somos um programa de excelência nas duas áreas, então, seis e sete, se não me engano. Seis em sociologia, sete em ciência política. Ou algo parecido. Não sei da última avaliação. Então, temos todo um empenho em manter isso e lutar pela sobrevivência do programa. Faz parte também da minha ansiedade [risos]. Eu tenho um número grande de orientandos que acho que é a minha razão de ser, aquela garotada. Que eles estão ficando cada vez mais jovens, como você estava salientando. Não somos nós que estamos ficando mais velhos [risos]. Mas tem uma turma muito, muito boa de orientandos. Eu tenho, continuo mantendo — para falar de algo que não é o INCT, mas que é apenas dentro da casa — o meu núcleo de pesquisa, que é o Neic — Núcleo de Estudos sobre Empresariado, Instituições e Capitalismo —, e que enfim, tenho dois orientandos de doutorado que me ajudam a levar o negócio para frente, é tudo atualizado. Se vocês olharem no *site* do Neic, vocês vão ver que tem carta de conjuntura, tudo, tudo atualizadinho. Então, um conjunto de atividades, que trazem angústia, mas trazem satisfação. Acho que não existe muito satisfação sem angústia também.

### **Mais alguma coisa, Renato, que você gostaria de acrescentar?**

Talvez fazer, neste momento, um tributo à minha companheira Eli Diniz, que se afastou das atividades e, enfim, com quem eu tenho encontrado pouco. Bem que eu gostaria...

### **Uma parceria muito importante para a ciência política brasileira.**

Certamente. Essa foi e é uma excelente parceira intelectual, amiga, companheira, tudo, enfim. E o pior é que vai passando o tempo, cada vez menos você vê, você acaba não tendo a chance de ver. E hoje eu já tenho outros parceiros também, que são ex-alunos, ex-orientandos e que têm trabalhado e escrito junto comigo, como o Flávio Gaitán, que é argentino. Eu, por acaso, tenho uma trupe de sul-americanos que se agregam ao meu redor, uruguaios e argentinos.

### **Você tem uma vocação internacionalista. Eu já reparei [risos].**

Não. Ou pelo menos sul-americana, no que diz respeito a essa coisa de orientação. E que hoje são professores lá na Universidade da República, que voltaram para Buenos Aires e outros locais. Mas o Flávio, por exemplo, se transformou de ex-orientando em um parceiro. Nós fazemos análises, ele fala sobre a Argentina, eu falo sobre o Brasil, comparamos de lá, comparamos de cá, e vamos levando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

BOSCHI, Renato R. *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 376 p.